

1.560.000 assinaturas pela transparência fiscal

Anteprojeto de lei destinado a garantir ao cidadão informações a respeito dos impostos que paga pelos bens e serviços que consome, acompanhado de 1.560.000 assinaturas, foi entregue pelas lideranças do movimento “De Olho no Imposto” ao presidente do Congresso Nacional, senador Renan Calheiros, no dia 31 de maio, em Brasília (foto).

O objetivo do movimento é conscientizar a população e regulamentar o parágrafo 5º do artigo 150 da Constituição Federal, que diz: “A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços”.

Entre as entidades participantes estão a Associação Médica Brasileira (AMB), Associação Paulista de Medicina (APM), Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, Sescon, OAB/SP, Força Sindical e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

“É uma questão de cidadania. Todos devemos saber exatamente o tamanho da carga tributária a que estamos expostos para que possamos cobrar retorno em investimentos sociais”, reforçam o atual presidente da AMB, José Luiz Gomes do Amaral, e o ex-presidente Eleuses Vieira de Paiva. O presidente da APM, Jorge Carlos Machado Curi, tem



certeza de que o “De Olho no Imposto” chegará a seu objetivo. “Esta é uma luta de cada cidadão. É uma luta de médicos, advogados, jornalistas, donas de casa, enfim, de todos os brasileiros.”

O presidente da ACSP, Guilherme Affif Domingos, pretende que o projeto seja encampado por todas as lideranças políticas no Congresso. “É um projeto cívico-educativo, que garante transparência na relação de consumo. Sabendo quanto paga de impostos em cada produto que consome, o brasileiro terá consciência de que os serviços públicos não são gratuitos. Assim, poderá exigir melhorias e cobrar dos governos a contrapartida dos impostos.”

O anteprojeto de Lei apresentado exige que os estabelecimentos comerciais informem no rodapé da nota fiscal o valor aproximado dos tributos incidentes na compra do produto ou serviço. Os estabelecimentos menores

poderiam afixar listas com os valores aproximados. Não haveria necessidade de ser o valor exato do imposto, já que a proposta não tem relação com a obrigatoriedade fiscal do documento, mas com o direito do consumidor de ter informação sobre o imposto que paga.

Ao receber o anteprojeto, Renan afirmou que o cidadão pagador de impostos tem o direito de saber quanto está entregando ao governo e qual a contrapartida que o poder público deve oferecer, em termos de prestação de serviços como saúde, educação e segurança. “É um projeto absolutamente prioritário, porque dá mais transparência às relações entre Estado e cidadania”, destacou. O senador afirmou ainda que, havendo interesse das lideranças partidárias, essa proposição poderá ser votada em plenário sem a obrigatoriedade de passar pelas comissões permanentes.